

Humberto Dalla Bernardina de Pinho
José Roberto Mello Porto

MANUAL DE
TUTELA
COLETIVA

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducacao.com.br

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maia (coord.) Aline Darcy Flor De Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Carmilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraiso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicolay Wasconcelos Razuk
Diagramação	NSM Soluções Gráficas Ltda.
Revisão	Daniela Georgeto
Capa	Deborah Mattos
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Pinho, Humberto Dalla Bernardina de

Manual de tutela coletiva / Humberto Dalla Bernardina de Pinho, José Roberto Meilo Porto. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
880 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5559-088-3 (impresso)

1. Processo civil - Brasil. 2. Tutela. 3. Tutela - Brasil. I. Título. II. Porto, José Roberto Meilo.

20-0413

CDD 347.6
CDU 347.919.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tutela

Data de fechamento da edição: 19-10-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606704 CAE 734284

Sumário

Prefácio.....	15
Apresentação.....	17

PARTE 1

Panorama geral da tutela coletiva

Cap. 1 Conceitos essenciais	21
Jurisdição e instrumentos para a solução coletiva de conflitos.....	21
Tutela coletiva.....	24
Espécies de tutela coletiva.....	25
Cap. 2 Histórico.....	43
Evolução histórica global.....	43
Evolução legislativa brasileira	51
Cap. 3 Princípios da tutela coletiva	77
Princípios fundadores.....	79
Princípios informadores (devido processo legal coletivo).....	96

PARTE 2

Tutela coletiva pela via principal

Cap. 1 Microsistema de tutela coletiva pela via principal ...	123
Normas de regência.....	123
Conflito entre normas do microsistema	133
Cap. 2 Objeto	135
Classificação clássica ou legal: bens jurídicos tuteláveis	135
Classificação moderna: conflitos solucionáveis	161
Cap. 3 Tutela coletiva extrajudicial	167

Justiça multiportas, prioridade da solução extrajudicial dos conflitos e princípio da adequação	167
Espécies de ferramentas extrajudiciais.....	169
Cap. 4 Tutela coletiva judicial	231
Terminologia.....	231
Espécies de ação coletiva	232
Elementos da ação	233
Cap. 5 Competência.....	249
Conceito.....	249
Fundamentos e natureza jurídica.....	250
Concretização da competência	250
Classificação e critérios de determinação.....	253
Competência de Justiça.....	255
Competência de foro	261
Competência de juízo	272
Cap. 6 Condições para o exercício do direito de ação.....	275
Legitimidade.....	275
Interesse processual	332
Cap. 7 Litisconsórcio	335
Litisconsórcio entre legitimados.....	335
Litisconsórcio entre legitimado coletivo e indivíduo	339
Cap. 8 Intervenção de terceiros.....	347
Assistência	347
Denúnciação da lide	351
Chamamento ao processo	354
<i>Amicus curiae</i>	356
Cap. 9 Relação entre ações.....	363
Relação entre ações coletivas.....	363
Relação entre ação coletiva e ações individuais.....	382

Cap. 10	Aspectos econômicos e éticos	395
	Aspectos econômicos	395
	Aspectos éticos.....	403
Cap. 11	Tutela provisória.....	409
	Tutela de urgência.....	409
	Tutela da evidência	416
	Limitações à concessão de tutela provisória.....	418
	Pedido de suspensão da liminar	423
Cap. 12	Consensualidade	425
	Negócios jurídicos materiais coletivos	425
	Negócios jurídicos processuais coletivos	432
Cap. 13	Procedimento	437
	Fase postulatória	437
	Fase saneadora	447
	Fase instrutória.....	450
	Fase decisória.....	458
Cap. 14	Meios impugnativos.....	487
	Recursos.....	487
	Remessa necessária	507
	Suspensão da decisão	509
	Ação rescisória	509
	Ação anulatória.....	513
Cap. 15	Coisa julgada	515
	Noções gerais.....	515
	Limites da coisa julgada.....	517
	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i>	528
	Coisa julgada <i>secundum eventum litis in utilibus</i>	531
Cap. 16	Liquidação	533
	Natureza jurídica e objeto	533
	Legitimidade.....	540

10 Manual de Tutela Coletiva

Competência.....	542
Modalidades.....	543
Cap. 17 Execução	547
Meios de execução	547
Execução provisória e definitiva	555
Competência.....	557
Modalidades e legitimidade	558
Princípio da obrigatoriedade da execução	565
Cap. 18 Prescrição.....	567
Prazos.....	567
Fluência.....	572
Cap. 19 Ação popular	575
Definição.....	575
Requisitos.....	575
Espécies.....	581
Histórico.....	582
Direitos tuteláveis.....	584
Legitimidade.....	587
Participação do Ministério Público	593
Competência	596
Custas	599
Procedimento	599
Sentença	603
Meios impugnativos.....	604
Coisa julgada.....	607
Execução	607
Relação com outras ações coletivas	609
Prescrição	610
Cap. 20 Ação de improbidade administrativa	613
Definição.....	613
Objeto.....	613
Legitimidade.....	615
Acordos em matéria de improbidade administrativa.....	615
Procedimento	628

Prescrição	630
Cap. 21 Mandado de segurança coletivo.....	631
Definição.....	631
Requisitos.....	632
Legitimidade.....	642
Competência	657
Prazo para impetração.....	659
Procedimento	661
Meios impugnativos.....	667
Coisa julgada.....	676
Relação entre mandado de segurança coletivo e mandado de segurança individual.....	679
Execução	681
Participação do Ministério Público	682
Prioridade de tramitação	683
Cap. 22 Mandado de injunção coletivo	685
Definição e requisitos.....	685
Legitimidade.....	686
Competência	688
Procedimento	689
Efeitos da decisão.....	691
Relação entre mandado de injunção coletivo e mandado de injunção individual.....	693
Coisa julgada	694
Cap. 23 <i>Habeas corpus</i> coletivo	695

PARTE 3

Tutela coletiva pela via incidental

Cap. 1 Microsistema de tutela coletiva pela via incidental (incidentes fixadores de teses jurídicas).....	699
Microsistemas de formação de precedentes e de casos repetitivos.....	701
Finalidades	704
Funcionamento.....	706

Cap. 2	Natureza jurídica	707
	Critério formal: incidente processual	707
	Critério material: caso-piloto ou procedimento modelo	709
Cap. 3	Competência	713
	Incidentes repressivos	713
	Incidente preventivo	721
Cap. 4	Legitimidade	723
	Incidentes repressivos	723
	Incidente preventivo	732
Cap. 5	Cabimento	735
	Poder-dever ou ato discricionário?	735
	Incidentes repressivos	736
	Incidente preventivo	747
	Comparação	751
Cap. 6	Procedimento	753
	Instauração	753
	Decisão de admissão	755
	Decisão de afetação	758
	Instrução	776
	Julgamento	779
Cap. 7	Eficácia da tese	785
	Eficácia atual, contemporânea ou panprocessual (eficácia do caso)	785
	Eficácia prospectiva, futura ou (a)temporal (eficácia do precedente)	789
	Eficácia espacial ou territorial	798
	Eficácia normativa ou exojudiciária	799
Cap. 8	Consensualidade	803
	Acordo nos processos sobrestados	803
	Acordo no processo afetado	807
	Acordos envolvendo ações coletivas e casos repetitivos	810
	Acordos envolvendo a Fazenda Pública e a transação por adesão	811

	Sumário	13
Cap. 9	Recursos	823
	Cabimento	823
	Legitimidade.....	826
Cap. 10	Revisão da tese	829
	<i>Post Scriptum</i>	831
	Bibliografia.....	833